

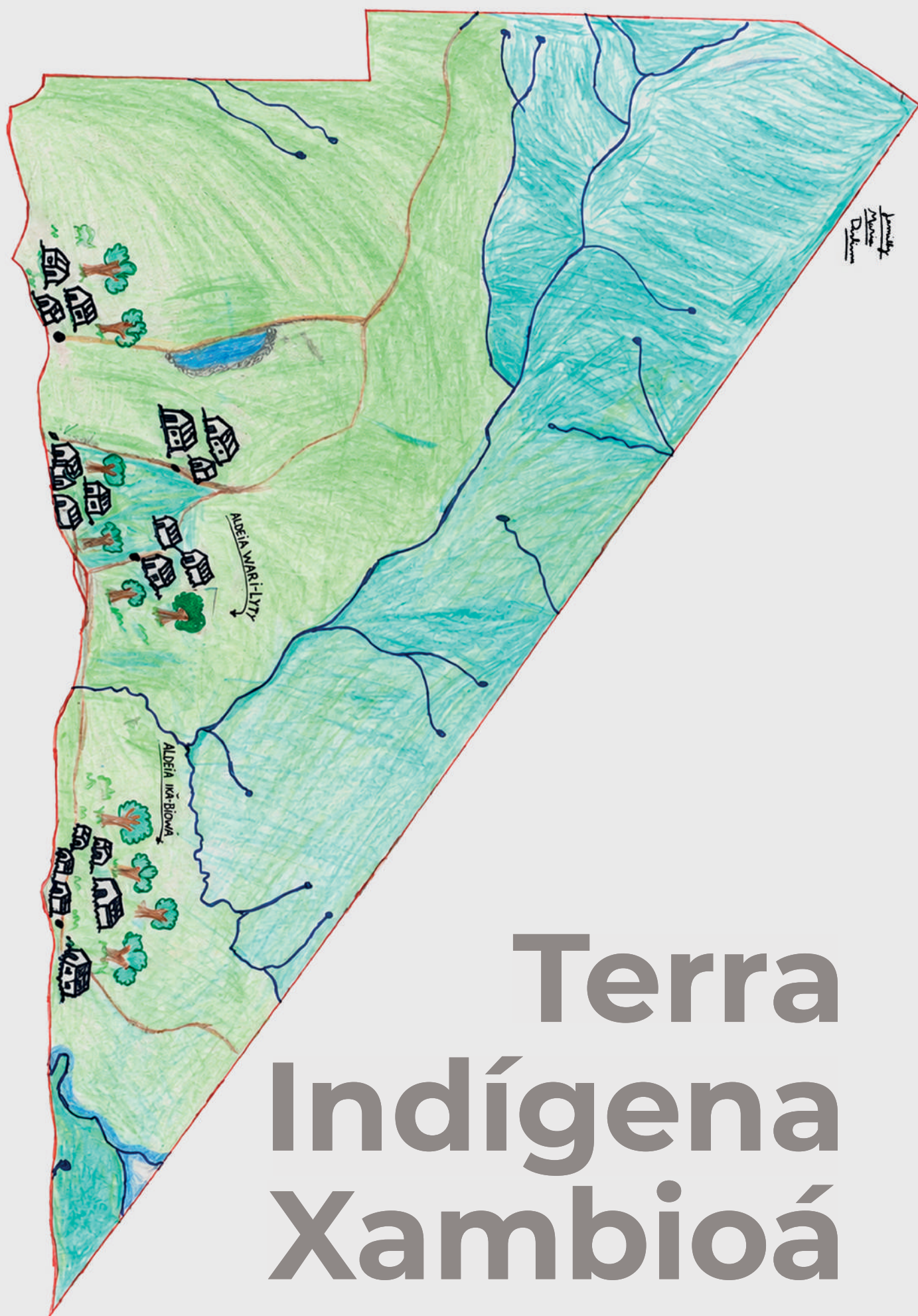
PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL – PGTA

TERRA INDÍGENA XAMBIOÁ

POVO KARAJÁ-XAMBIOÁ
POVO GUARANI MBYA







Terra Indígena Xambioá

SUMÁRIO

SIGLÁRIO	05
1. APRESENTAÇÃO	06
2. QUEM SOMOS	09
O povo Karajá-Xambioá	09
O povo Guarani de Xambioá	15
Homenagem às lideranças que já se foram	16
3. NOSSO TERRITÓRIO	17
A territorialidade tradicional e o processo demarcatório	17
A TI Xambioá hoje	22
Aspectos socioculturais e econômicos	26
Principais ameaças	29
O impacto das mudanças climáticas	33
4. NOSSO PLANO	35
Eixo 1: Governança e Organização Social	35
Eixo 2: Proteção Territorial	38
Eixo 3: Cultura, Língua e Educação	40
Eixo 4: Produção, Alimentação e Geração de Renda	42
Eixo 5: Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas	46
BIBLIOGRAFIA	51
FICHA TÉCNICA	52

Foto de capa:

Ritxòkò coletada em uma aldeia Xambioá em 1888 pelo etnólogo Paul Ehrenreich. Fotografia: Acervo de Etnologia Americana do Museu de Etnologia de Berlim; inventário nº VB 3927. A imagem foi escolhida para a capa desta publicação por representar, ao mesmo tempo, a memória e o futuro - no sentido do plano de resgate das técnicas ceramistas e da confecção da boneca *ritxòkò*. Imagem disponibilizada sob política de Acesso Aberto (Open Access).



SIGLÁRIO

AIBK	Associação Indígena Berorehe Karajá
APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ARPIT	Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins
CLPI	Consulta Livre, Prévia e Informada
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GATI	Gestão Ambiental e Territorial Indígena
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
IcS	Instituto Clima e Sociedade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPI	Ministério dos Povos Indígenas
MPF	Ministério Público Federal
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGTA	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC-TO	Secretaria da Educação do Estado do Tocantins
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SIASI	Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TI	Terra Indígena
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UHE	Usina Hidrelétrica



APRESENTAÇÃO

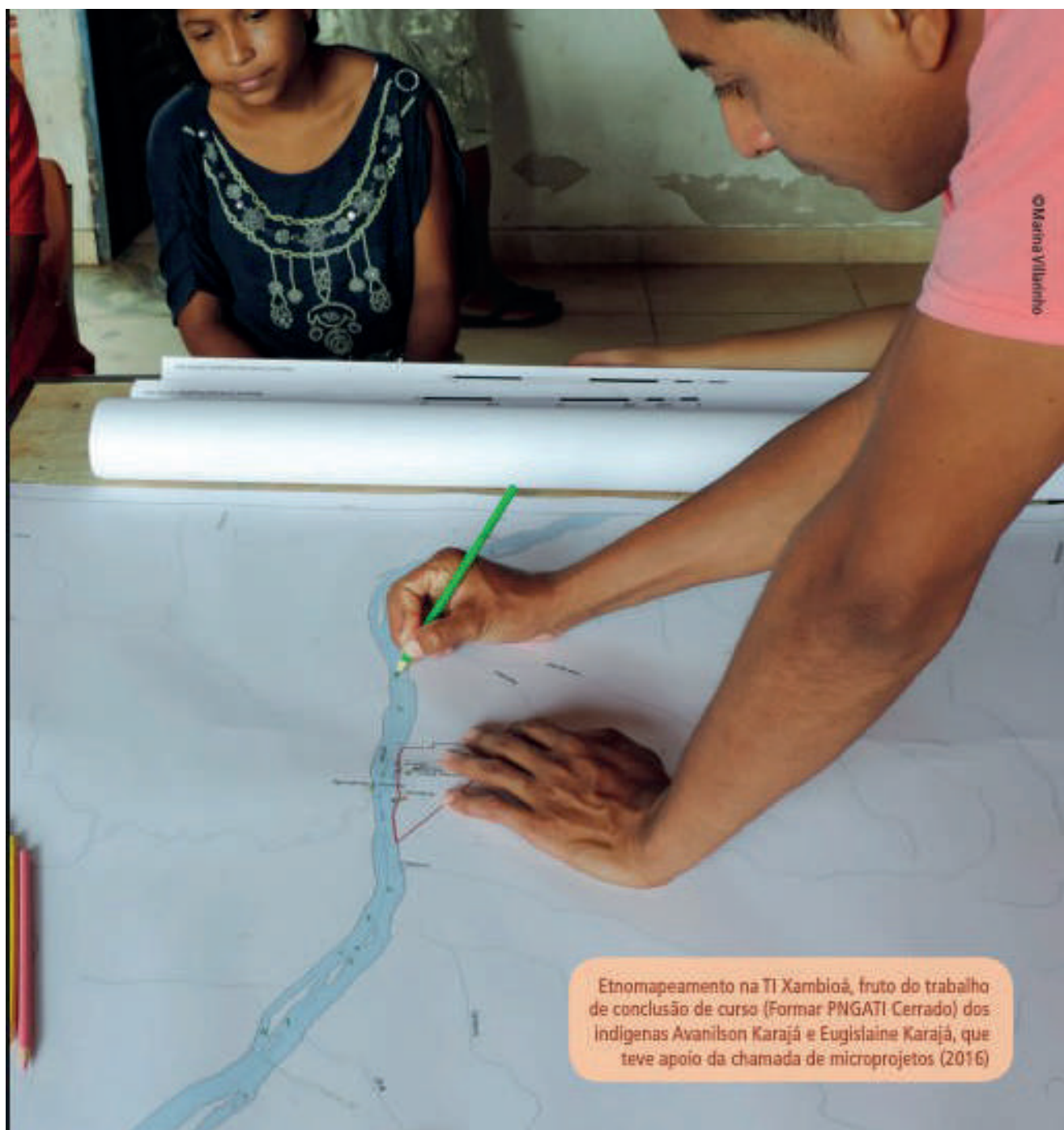
Este Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) é resultado das reflexões, debates e decisões coletivas do povo Xambioá e do povo Guarani Mbya da Terra Indígena (TI) Xambioá sobre o presente e o futuro do nosso território.

A TI Xambioá está localizada à margem direita do médio curso do rio Araguaia, no município de Santa Fé do Araguaia, Tocantins, e possui uma área total de 3.326 hectares. Situada no bioma Cerrado, em uma região de transição ecológica com a Amazônia, abriga atualmente 354 pessoas, distribuídas em cinco aldeias.

O PGTA busca fortalecer nossa autonomia, nossa organização social, nossa cultura, nossa língua, a proteção do nosso território e as condições para que as futuras gerações tenham uma vida boa e mantenham viva a nossa cultura. É um instrumento estratégico de planejamento que reafirma nossa autonomia sobre a gestão do nosso território, em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

Este documento consolida um trabalho coletivo que vem sendo amadurecido há muitos anos. Em 2008, a TI Xambioá foi definida como uma das Áreas de Referência no Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena) e, entre 2012 e 2016, pela primeira vez, realizamos diagnósticos, mapeamentos e um planejamento para uma gestão ambiental e territorial da nossa terra que fosse feita por nós mesmos.





Contribuíram também para o conteúdo deste PGTA as pesquisas e publicações feitas nos últimos anos por professores e estudantes indígenas, Xambioá e Guaraní de Xambioá, em especial na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Nos anos de 2025 e 2026, com apoio da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), em articulação com a Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (ARPIT), e suporte do Instituto Clima e Sociedade (IcS) tivemos a oportunidade de consolidar e atualizar nosso planejamento para publicar este PGTA.



Oficina de construção do PGTA, aldeia Wari Lytỹ, 2026

“Aqui a decisão é da comunidade. Quem está fazendo o plano é a comunidade. E isso que está sendo escrito aí vai virar uma lei. Vai por num livro. O que nos garante? Está na legislação brasileira de 1988, no artigo 231. Lá está a nossa segurança. E muitos querem acabar com isso. Então a gente tem que ter cuidado, quando a gente está falando, quando a gente está criando um projeto. Isso é muito importante para nós mesmos elaborarmos o que nós vivemos aqui. Para nós mesmos, para nossa convivência. (Luiz Pereira Kurikala Karajá, aldeia Wari-Lytỹ, 2026)

Este PGTA está organizado em cinco eixos estratégicos: Governança e Organização Social; Proteção Territorial; Cultura, Língua e Educação; Produção, Alimentação e Geração de Renda; e Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas.

Cada eixo apresenta um objetivo geral, um conjunto de diretrizes construídas coletivamente pelas comunidades e um plano de ação para efetivação dos acordos, com iniciativas prioritárias para os próximos anos. Os eixos são complementares e refletem a visão das comunidades sobre os principais desafios e oportunidades para o fortalecimento da Terra Indígena Xambioá.





Mais do que um documento de planejamento, este PGTA representa um compromisso coletivo com a proteção do território, a valorização da cultura, o fortalecimento da autonomia indígena e o bem viver das futuras gerações.

2. QUEM SOMOS

O povo Karajá-Xambioá

Nos chamamos a nós mesmo de Ixỹbiowa. Esta é nossa autodenominação. O termo vem de *ixỹ*, que quer dizer “povo”, e *biowa*, “amigo”. Com o tempo o termo foi adaptado para Xambioá, nome que reconhecemos e usaremos neste documento. Também podemos ser chamados de Karajá-Xambioá.



Compartilhamos nossa língua e nossa ancestralidade Inỹ com os Karajá da Ilha do Bananal e com os Javaé. Nossa língua materna é o *Inỹ rybè*, “fala do povo Inỹ”, classificada pela linguística como pertencente à família Karajá, do tronco Macro-Jê.

Também já fomos chamados de “Karajá do Norte” e, internamente, de *Iraru Mahãdu*, que significa “povo de baixo”, por sermos o grupo Inỹ que vive na parte mais baixa do rio Araguaia. Segundo nossos anciãos, nosso povo veio das águas.

“ *O povo Karajá veio da água, mas só que antes tinha uma divisão. Quando eles vieram, lá não tinha morte. Lá eles ficavam velhos e ficavam novos de novo. Não morriam. Quando eles vieram na terra, encontraram muitas coisas, muitos frutos. Um deles viu o buraco e conseguiu sair. Viu muitas coisas: pé de candeia, de pequi, mel de abelha. Ele voltou e avisou aos outros. Fizeram reunião e resolveram sair. O capitão Koboí era muito gordo. Todos foram saindo e ficou só a família do Koboí para trás. Ele saiu no buraco, mas, como era muito gordo, só saiu a parte de cima da cabeça. Ele viu muitas coisas e disse: ‘o mundo aqui é bom e muito bonito, mas tem uma desvantagem... Vocês estão vendo aquele pé de candeia seco, o pé de oiti seco e o pé de pequi morrendo? Isso tudo é doença e vocês todos vão morrer de doença’. O Koboí colocou uma fera para guardar o buraco para ninguém mais voltar.”* (Relato de Borori Txebuarè da aldeia Hawa-Tymara, 2016 apud LIMA, E. M.)

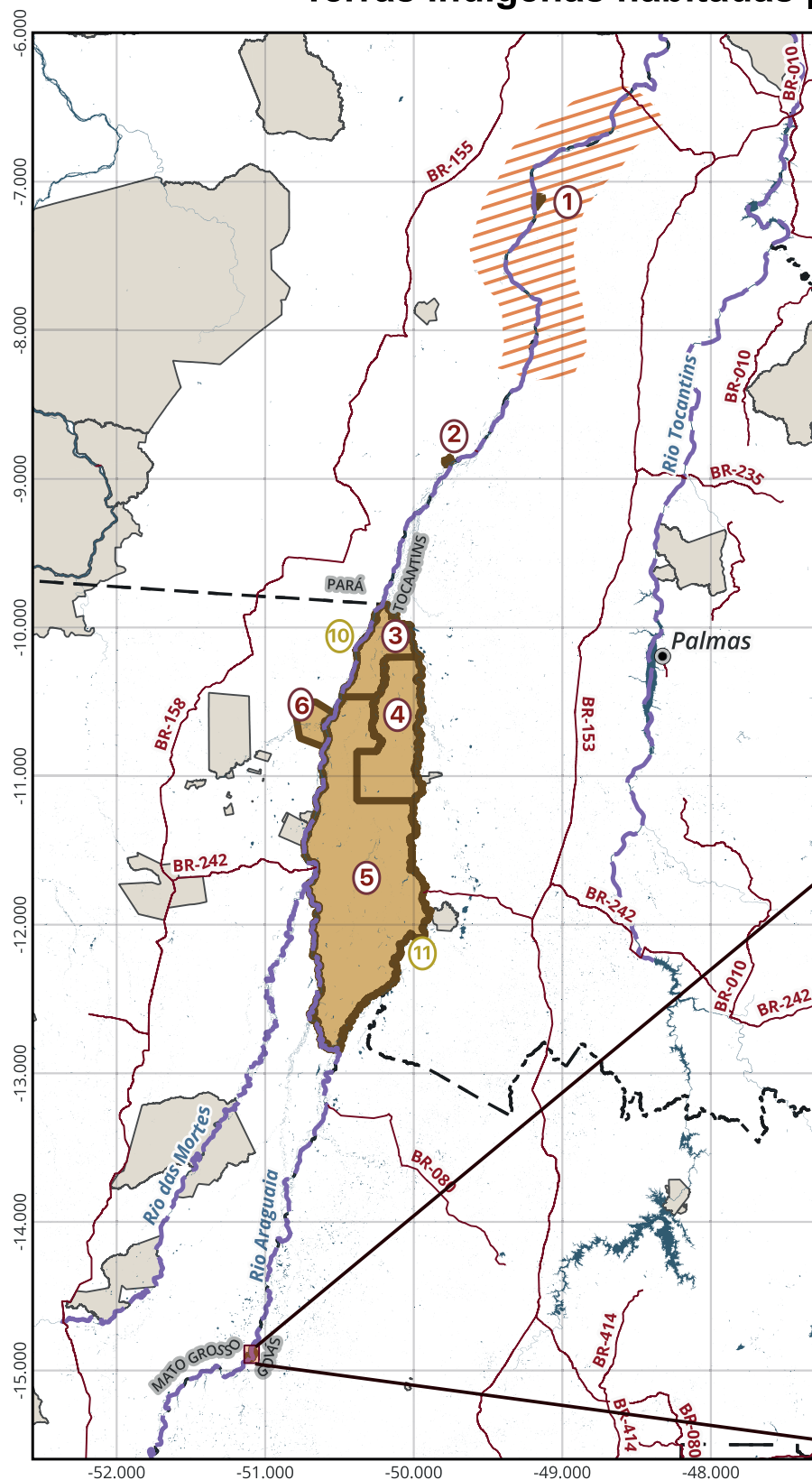
Vimos do fundo do rio Araguaia, onde formávamos a comunidade dos *Berhatxi Mahãdu*, ou “povo do fundo das águas”. Depois que emergimos pela passagem de *Inỹsèdèna*, “lugar de onde veio a mãe da gente”, nos espalhamos ao longo do rio Araguaia e de suas praias, rio acima e rio abaixo. O rio Araguaia sempre foi nossa casa.

Muito tempo depois, os brancos começaram a aparecer por aqui, ainda no final do século XVI. Já naquele tempo estávamos separados dos Javaé e dos Karajá da Ilha do Bananal, e nosso território, ao longo do rio Araguaia suas praias e margens, corresponde ao trecho entre as atuais cidades de Conceição do Araguaia e Xambioá.

Os primeiros relatos sobre nosso povo dizem que nossa área de ocupação abrangia cerca de 250 km ao longo do rio Araguaia, e que éramos o mais numeroso e próspero dos grupos Inỹ.

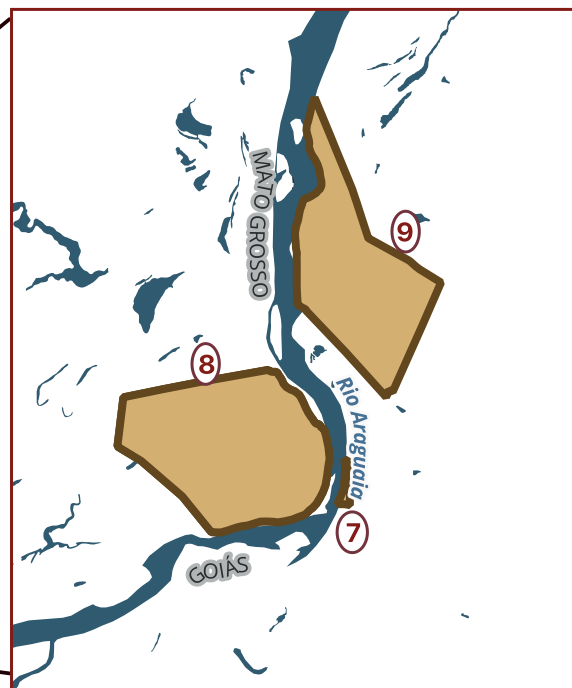


Terras Indígenas habitadas pelo Povo Iny



Terras Indígenas	
①	TI Xambioá
②	TI Karajá Santana do Araguaia
③	TI Utaria Wyhyna/Irôdu Irâna
④	TI Inawebohona
⑤	TI Parque do Araguaia - Ilha do Bananal
⑥	TI Tapirapé/Karajá
⑦	TI Karajá de Aruana I
⑧	TI Karajá de Aruana II
⑨	TI Karajá de Aruana III

Terras Indígenas em Estudo	
⑩	TI Lago Grande
⑪	TI Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)
As Terras Indígenas Karajá Santana do Araguaia e a Tapirapé/Karajá também estão atualmente em estudo porém para ampliação/revisão de seus limites territoriais atuais.	



LEGENDA:

- Terras Indígenas habitadas pelo Povo Iny
- Área de ocupação tradicional do Povo Karajá-Xambioá
- Terras Indígenas ocupadas pelo Povo Iny (em estudo)
- Demais TIs

- Capitais
- Corpos d'água
- Limite Estadual

Pressões Regionais

- Principais Rodovias
- Hidrovias Planejadas

0 100 200 km

SRC Coordenadas Geográficas
Datum: SIRGAS 2000
Fonte: ANA, ANTT, FUNAI, IBGE, COIAB.



Acampamento de verão do povo Xambioá, 1888. Fotografia de Paul Ehrenreich. Acervo de Etnologia Americana do do Museu de Etnologia de Berlim, inventário nº VIII E 1215.



Legenda original da fotografia: “*Jovem Šambioa com tembetá. Viagem ao Araguaia, 1888*”. Fotografia de Paul Ehrenreich. Acervo de Etnologia Americana do Museu de Etnologia de Berlim; inventário nº VIII E Nis 121.



Ao longo dos séculos, as violências cometidas pelos brancos e as doenças trazidas por eles fizeram desmoronar a população Xambioá. Nossos anciãos mantêm viva essa memória. Em 1873, um massacre comandado por um missionário capuchinho vitimou dezenas de Xambioá.

“ *O massacre dos Xambioá foi na boca do Tapirapé. Foi e aconteceu mesmo a história do padre. O padre botou os homens para atacar os Xambioá e matou um bocado deles. Não sei quantos foram. Mataram muito índio. E os outros que não morreram correram para o mato. Aí dessa carreira vieram e começaram a morar para esse rumo de cá.*” (Relato de Borori Txebuarè da aldeia Hawa-Tymara, 2016 apud LIMA, E. M.)

Outro ancião se recorda das doenças trazidas pelos brancos:

“ *Entrou a doença nos índios. Os índios não conheciam a doença: lastrina, catapora, diarreia, gripe. Isso que matava muito índio. A cada noite morriam cinco ou seis meninos. Não sabiam como cuidar, aí mandavam banhar. Quando era catapora, saíam para dentro do mato porque não tinha como tratar. Até gente grande morria. E aí o povo foi se acabando... se acabando, até quando chegou só o resto para cá.*” (Ancião da aldeia Hawa-Tymara, 2016, apud LIMA, E. M.)

A primeira estimativa da população Xambioá foi feita em 1844 e indicava a existência de aproximadamente 2.500 pessoas vivendo em três grandes aldeias. Pouco mais de cem anos depois, em uma contagem realizada em 1959, estávamos reduzidos a apenas 40 pessoas, dispersas ao longo do rio Araguaia.

Foi então que o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) reuniu essa população em um só ponto, onde o órgão estabeleceu um posto que posteriormente daria origem à Aldeia do Posto. Nos anos seguintes, a TI Xambioá teria seus primeiros limites territorialmente definidos.

Desde a instalação dos indígenas remanescentes na Aldeia do Posto, um grupo liderado pelo capitão Manuel Achurê tornou-se predominante na condução da política interna e das relações com o SPI e, posteriormente, com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).





Aldeia Xambioá na década de 1980

Em 1985, o cacique Borori fundou a aldeia Kurehê. Na Aldeia do Posto permaneceram principalmente aqueles ligados ao grupo Achurê, então reunidos em torno de Txuodese (ou Txukó, também conhecida como Maria Floripes), filha de Manuel Achurê.

Essa ligação aos antigos grupos locais, geralmente compostos por uma única família extensa, permaneceu viva por meio da preservação dos nomes de seus líderes, hoje transformados em “sobrenomes” dos atuais Xambioá. Um nome completo típico compõe-se de: a) prenome em português; b) prenome em Karajá; c) sobrenome familiar — referente ao líder ancestral; e d) o sobrenome étnico “Karajá”.

Os nomes dos líderes ancestrais tornaram-se um importante vínculo do povo Xambioá com sua história, seu passado e sua origem. Por meio deles, mantemos viva a memória dos nossos ancestrais.



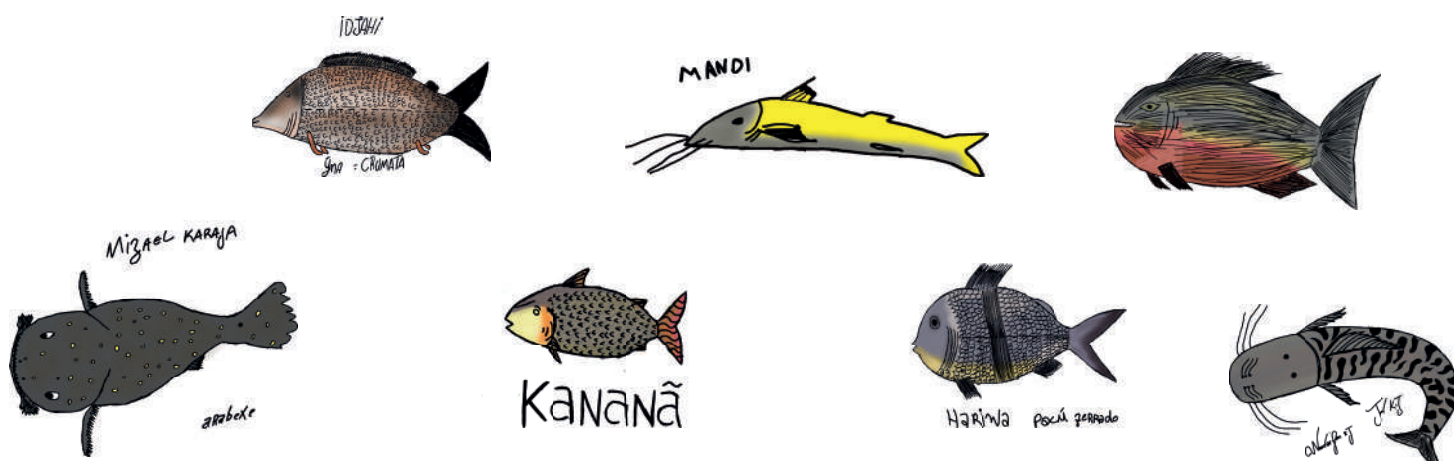
O povo Guarani de Xambioá

Texto de Edvan Guarani

O Povo Guarani possui uma cultura milenar, e ao longo da sua história lutou muito e superou muitas dificuldades. Após o contato com os brancos, sofrendo uma série de violências e movidos por nossa cosmologia da busca intensa por um lugar de “descanso”, percorremos vários lugares e várias famílias foram se espalhando, vivendo as maiores dificuldades, morando nas periferias das cidades, em fazendas, ou até mesmo como sem-teto em barracos às margens das rodovias. Isso gerou importantes perdas na nossa sociedade, perdas de grandes líderes, e a privação de viver conforme nossas crenças, organização social, e hábitos alimentares. Mas apesar de toda a má sorte, o Povo Guarani por onde andou sempre se manteve falante de nossa língua.

A partir das décadas de 1970 e 1980, famílias Guarani Mbya chegaram gradualmente à região da atual TI Xambioá, em continuidade aos deslocamentos do nosso povo em busca de territórios onde a gente pudesse viver conforme nossa cultura e espiritualidade. Ao longo do tempo, passamos a viver junto ao povo Xambioá, estabelecendo relações de convivência e solidariedade. Hoje consideramos a Terra Indígena Xambioá como um território tradicional do nosso povo, e o sentimento de alegria é vivido a cada dia, com a autoestima de uma sociedade forte, afirmando nossa identidade Guarani e com o bom relacionamento com o povo Xambioá.

Os Guarani Mbya residentes na área Karajá-Xambioá, quase todos falam nossa língua materna, e outros aspectos culturais são muito evidentes, como os hábitos alimentares tradicionais. Aqui toda família Guarani ainda planta sua roça. A colheita pode ser feita de forma comunitária, uns ajudando os outros. Plantam o milho, a abóbora, a mandioca, caçam e pescam. No modo de ensinar e aprender do Povo Guarani, os mais velhos ensinam os jovens da aldeia conversando, mostrando, fazendo e assim preparamos o jovem para a vida individual e coletiva.



Homenagem às lideranças que já se foram

Neste PGTA, decidimos homenagear nossas antigas lideranças que já se foram. Se estamos aqui hoje, devemos à luta deles. Fica registrado nosso reconhecimento à:

Manuel Achurê
Txuodese (Txukó / Maria Floripes)
Felipe Lawari
Joaquim Temassari
Borori Txebruarê
Manoel Tahakanã
Luzia Koly
Martins Araruê (Tukê)
Geralda Guarani
Albino Guarani
Maria Pereira de Lima Guarani
Jessi Guarani

“Hoje o jovem vive tranquilo. Quem sofreu foram os os velhos, que não existem mais. Talvez o Adão, que tá aqui e é mais velho, talvez ele lutou também. Essa demarcação de terra os ancestrais deixaram para seus descendentes.” (Luiz Pereira Kurikala Karajá, Aldeia Wari-Lytỹ, 2026)



3. NOSSO TERRITÓRIO

A territorialidade tradicional e o processo demarcatório

Desde a chegada dos brancos, o território tradicional Xambioá passou a sofrer fortes pressões, intensificadas ao longo dos séculos até a demarcação efetiva da Terra Indígena Xambioá pelo Estado brasileiro.

A chegada de frentes pioneiras — como garimpeiros, posseiros e lavradores — e a fundação da cidade de Xambioá, nos anos 1950, foram limitando a nossa mobilidade pelos rios e nosso costume de se deslocar entre as praias, no verão, e as aldeias, no inverno. O fato do município vizinho manter até hoje o nome do nosso povo revela a profunda ligação histórica do povo Xambioá com esta região do médio Araguaia, historicamente reconhecido como nosso território tradicional.

As primeiras medidas administrativas voltadas à garantia de um território aos Xambioá ocorreram em 1959, ainda sob a gestão do antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Tratava de um requerimento de terras devolutas junto ao IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), por meio do qual o SPI buscava garantir a posse indígena e evitar a invasão das terras por terceiros.

“ O velho contou pra mim. Sobre a língua, sobre a terra onde eles moravam. Do Pau d’Arco até a cidade de Xambioá, diz que tudo era nosso. As aldeias deles existiam naquela época, antes do SPI entrar. Aí, com a chegada do SPI, juntaram o pessoal e fizeram a aldeia de Xambioá.”
(Luiz Pereira Kurikala Karajá, aldeia Wari-Lytỹ, 2026)

O objetivo era registrar o Lote nº 13 do Loteamento Rio Lontra e Andorinhas em nome dos indígenas. Esse lote corresponde à base territorial da atual Terra Indígena Xambioá, embora suas dimensões tenham sido posteriormente reduzidas. Na época, a área pertencia ao município de Filadélfia (GO); atualmente localiza-se no município de Santa Fé do Araguaia (TO). O título do imóvel, com medição inicial de 3.537,50 hectares, foi registrado em 30 de março de 1963.

Desde este tempo os limites já eram reduzidos e buscavam proteger apenas o núcleo da aldeia onde funcionava o Posto Indígena Xambioá, sem considerar toda a extensão do uso



tradicional do território ao longo do rio Araguaia, incluindo áreas de caça, pesca, coleta e ocupação sazonal de praias, hoje localizadas fora dos limites reconhecidos.

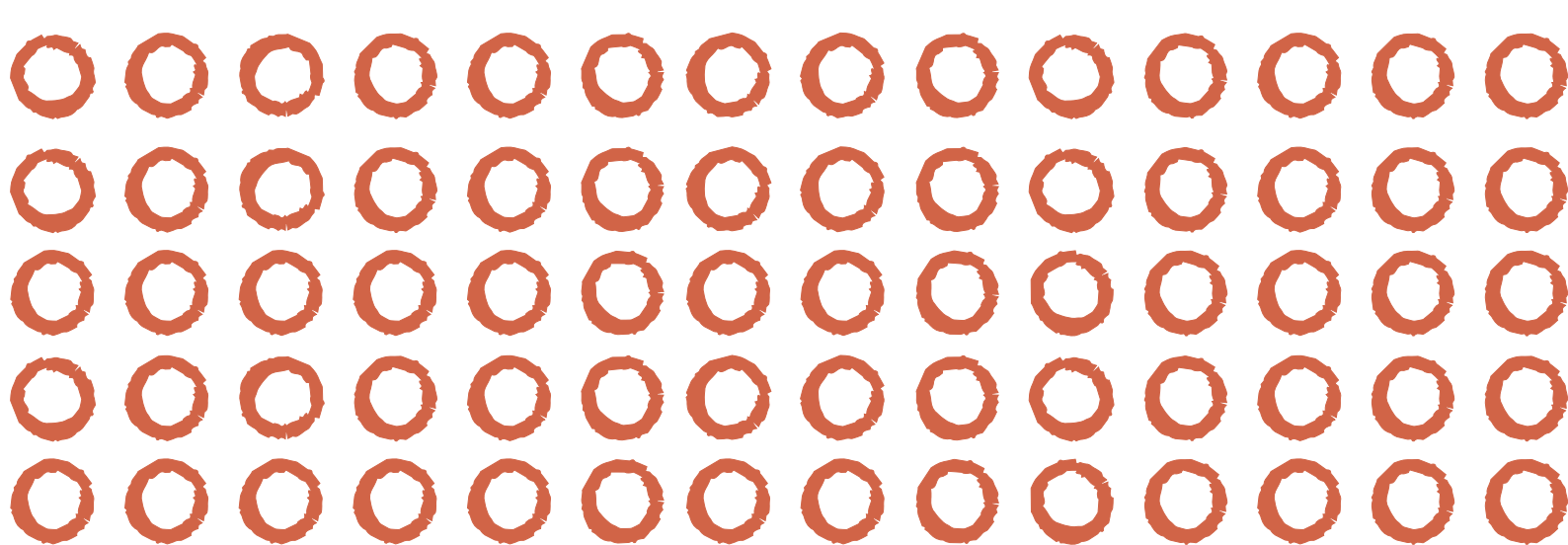
No contexto da ditadura militar e da Guerrilha do Araguaia (1972–1974), o território Xambioá foi alvo de uma política de confinamento e controle social. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), assim como estudos posteriores, documenta graves violações de direitos humanos sofridas pelo povo Xambioá nesse período. Esse processo contribuiu para o avanço das fazendas sobre áreas tradicionalmente ocupadas pelos Xambioá e para o apagamento da territorialidade tradicional do nosso povo.

As violações sofridas pelo povo Xambioá durante esse período inserem-se no debate nacional sobre memória, verdade, reparação coletiva e proteção dos direitos territoriais indígenas.

Com a Constituição Federal de 1988, foram reafirmados os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, criando as bases jurídicas para a consolidação do processo demarcatório da Terra Indígena Xambioá.

Em 1997 a Terra Indígena Xambioá foi finalmente homologada, com uma área total de 3.326,35 hectares.

Em relação à área originalmente requerida em 1960, cerca de 211 hectares foram perdidos ou excluídos no processo final de demarcação. De forma mais ampla, o território homologado em 1997 representa, em grande medida, a “ilha de sobrevivência” que restou após décadas de avanço dos brancos e consolidação de propriedades privadas sobre as áreas tradicionalmente ocupadas pelos Xambioá.



BOX | Marcos do Processo de Reconhecimento Territorial da Terra Indígena Xambioá

Ano	Órgão(s) Envolvido(s)	Marco
1959	SPI (8ª Inspetoria Regional)	Início da tramitação do Processo nº 1.1-00.287/59, visando garantir terras para os indígenas Xambioá junto ao Governo de Goiás.
1960	SPI, IDAGO e Governo do Estado de Goiás	Formalização do pedido de terras devolutas. Em 30 de julho de 1960 é emitido o Despacho Governamental nº 2.361, reconhecendo a posse indígena da área e impedindo sua alienação a terceiros.
1960–1963	SPI, IDAGO e Governo do Estado de Goiás	Destinação do Lote nº 13 do Loteamento Rio Lontra e Andorinhas para ocupação indígena.
1963	Governo do Estado de Goiás, IDAGO e SPI	Registro patrimonial do imóvel destinado aos Xambioá, com área de 3.537,50 hectares. no Cartório do 1º Ofício e Registro de Imóveis de Araguaína.
1967	FUNAI	A FUNAI assume as atribuições anteriormente exercidas pelo SPI e passa a acompanhar a gestão da área indígena.
1988	Assembleia Nacional Constituinte	A Constituição Federal reconhece os direitos originários dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas, fortalecendo as bases jurídicas para a regularização e proteção dos territórios indígenas.
1990	FUNAI	Abertura do Processo nº 08620.002350/90 para identificação e delimitação da Terra Indígena Xambioá.
1991–1996	FUNAI	Realização dos estudos técnicos e dos procedimentos administrativos para reconhecimento da Terra Indígena.
1997	Presidência da República /Governo Federal	Homologação da Terra Indígena Xambioá e consolidação dos limites atualmente reconhecidos pelo Estado brasileiro.

Nota: O Lote nº 13 do Loteamento Rio Lontra e Andorinhas constituiu a base fundiária da atual Terra Indígena Xambioá. Embora tenha representado uma importante garantia territorial para os indígenas à época, estudos históricos, relatos dos anciãos e documentos oficiais indicam que a área reconhecida pelo Estado correspondia apenas a uma parcela do território tradicionalmente ocupado pelo povo Xambioá ao longo do rio Araguaia.

Mapa do Uso e Ocupação Atual e Ameaças da Terra Indígena Xambioá





LEGENDA:

Áreas de Uso



Aldeias



Açaizal



Roçado



Caça



Manejo de
Quelônios



Tartaruga



Pesca



Cemitérios



Piques de Caça

Ameças



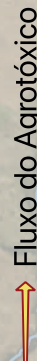
Caça Ilegal



Pesca Ilegal



Pulverização Aérea
de Agrotóxico



Fluxo do Agrotóxico



Invasão de Cerca



TI Xambioá



Estradas



Rios

SRC: Coordenadas Geográficas

Datum: SIRGAS 2000

Fontes: FUNAI, Projeto GATI, SEMARH-TO.

Imagem Planet - Junho 2026

A TI Xambioá hoje

Segundo dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI/SESAI), utilizados como referência para este PGTA, a Terra Indígena Xambioá possuía, em maio de 2026, uma população total de 354 pessoas distribuídas em cinco aldeias. Neste número não estão incluídos os Xambioá que vivem nos municípios próximos ou em outras Terras Indígenas.

A Aldeia Xambioá é a mais antiga e teve origem na antiga “Aldeia do Posto”. Kurehê foi a segunda aldeia a ser criada. Wary-Lytỹ e Hawa-Tymara surgiram posteriormente, em parte como estratégia para reduzir os impactos das enchentes do rio Araguaia. A aldeia Manoel Achurê é a comunidade mais recente da Terra Indígena.

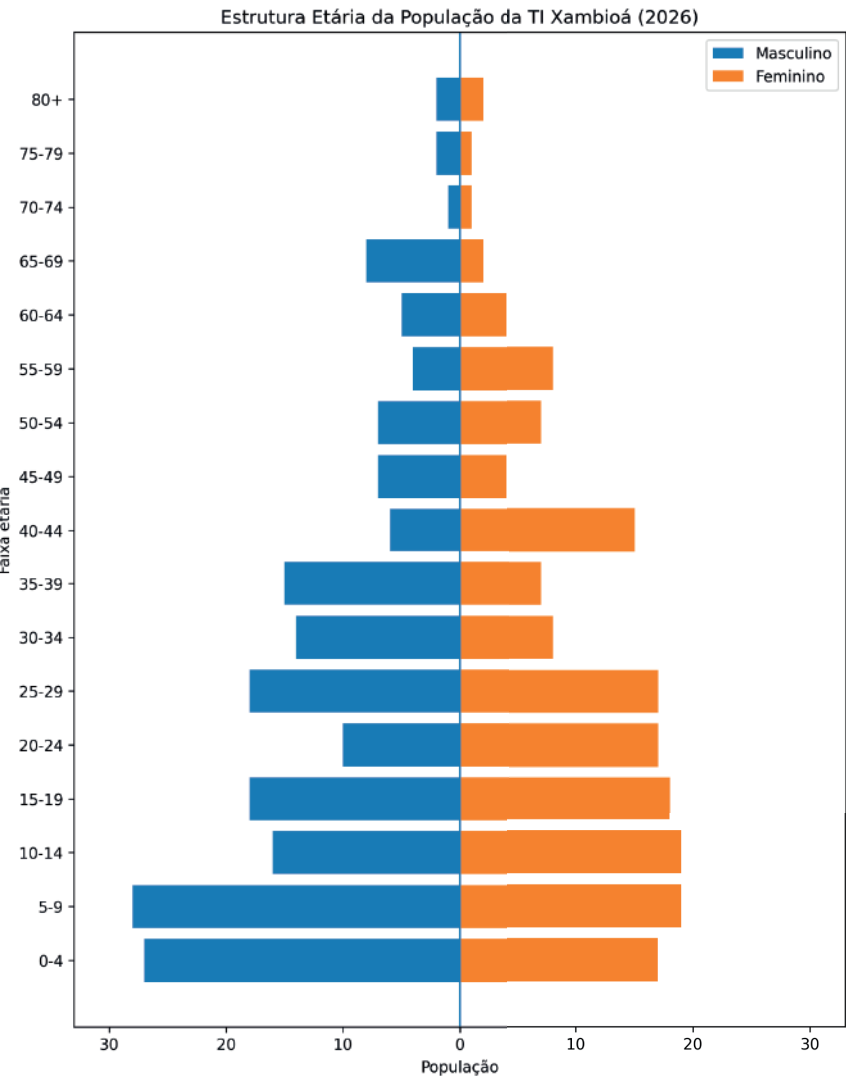
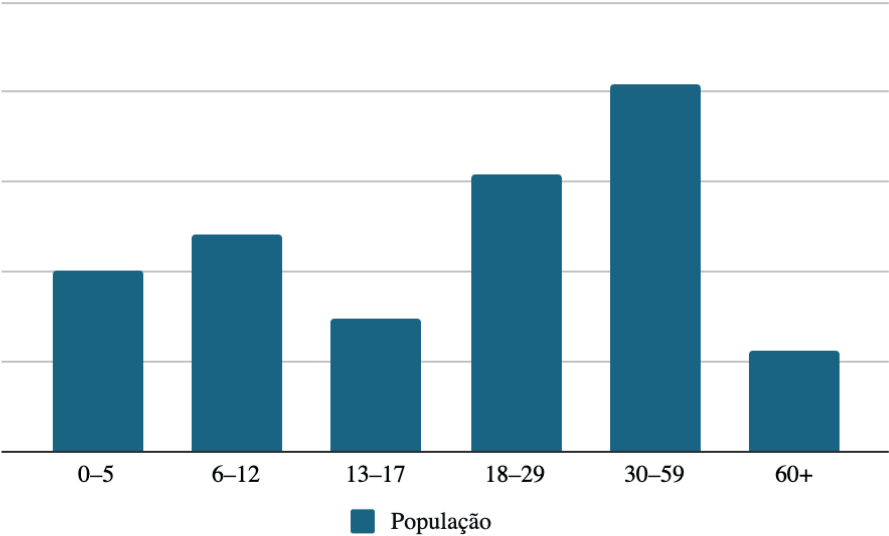
Aldeia	Ano de Fundação	População (2026)
Xambioá	1959	141
Kurehê	1985	36
Wary-Lytỹ	2003	88
Hawa-Tymara	2007	82
Manoel Achurê	2020	7
Total TI Xambioá		354



(Mapa elaborado pelos alunos indígenas do ensino médio para o PGTA, 2026)



População por faixa etária





Aldeia Kurehê



Aldeia Manoel Achurê





Aldeia Wary-Lyty



Aldeia Hawa Tymara



aldeia Xambioá



Associações ativas na TI

Associação Wari Lytỹ - Aldeia Wari Lytỹ, fundada em 2004

Associação Indígena Ixy-Biowa - Aldeia Xambioá, fundada em 2006

Associação Indígena Berorehe Karajá - AIBK / Aldeia Hawa-Tymara, fundada em 2019

Associação Tahiru - Aldeia Manoel Achurê, fundada em 2021

Associação Kurehê - Aldeia Kurehê, sendo registrada em 2026

Aspectos socioculturais e econômicos

A Terra Indígena Xambioá abriga uma rica diversidade de conhecimentos, práticas culturais e formas tradicionais de relação com o território. Atualmente três festas principais integram nosso calendário anual:

- Festa Cultural Berorehé, Aldeia Hawa Tymyrá, mês de maio.
- Festa do Peixe, aldeia Wari Lytỹ, meses de junho ou julho
- Festa da Tartaruga, Aldeia Xambioá, mês de outubro.

Faz parte de todas estas festas a realização do Karalahú, um ritual tradicional com uso de máscaras de palha.





Ritual do Karalahú sendo realizado durante a Festa Cultural Berorehé, Aldeia Hawa Tymyrá, 2025.
Foto: Marcio Vieira (Secom-Governo do Tocantins).

Ao mesmo tempo, as comunidades reconhecem desafios relacionados à continuidade de práticas e conhecimentos tradicionais às novas gerações, especialmente quanto à língua *Iny rybè*, à arte ceramista, a confecção da boneca *ritxòkò* e a festa do Hetohokỹ.

As atividades produtivas continuam desempenhando papel fundamental na alimentação e na economia das famílias. As roças tradicionais, a pesca, a produção de farinha, a coleta, o artesanato e outras atividades associadas ao uso sustentável dos recursos naturais permanecem presentes nas comunidades. Desde 2005 nossas comunidades estão envolvidas de forma contínua em um projeto de manejo de quelônios (tracajá e tartaruga).

Ainda existem limitações relacionadas à infraestrutura produtiva, ao beneficiamento, ao armazenamento, ao transporte e à comercialização dos produtos indígenas, reduzindo o potencial de geração de renda das famílias e das organizações locais.

Outro desafio identificado pelas comunidades é a gestão dos resíduos sólidos. O aumento da circulação de produtos industrializados trouxe mudanças nos padrões de consumo e gerou novos tipos de resíduos, como embalagens plásticas, vidros, metais, pilhas e outros materiais de difícil destinação. Atualmente torna-se necessário aperfeiçoar soluções comunitárias e parcerias com os órgãos públicos responsáveis.



“ Eu fui criado dentro da cultura, junto com os velhos que não existem mais. Sei um pouco da história deles, o que me ensinaram, e hoje eu quero falar pra vocês, homem, mulher, jovem: hoje não é mais como naquele tempo que nós vivíamos. Naquele tempo, os nossos pais, nossas mães, nossas avós, ensinavam a gente a comer. A gente comia o que? Batata assada, inhame, macaxeira, banana. Era fartura! A aldeia nesse tempo tinha muita fartura, trabalhavam tanto os homens como as mulheres. E tinha fartura pra todo lado. A nossa cultura é coisa assada, peixe assado com farinha de puba, tartaruga. Essa é a nossa cultura. De primeira o peixe era muito fácil. Tem aquela piranhona, piranha preta, mandi, piau, pacu. Quando os homens chegavam com peixe a mulher já tinha feito sua batata, banana cozida, macaxeira. Primeiro todo mundo tinha sua roça e buscava o alimento dentro da roça. Hoje mudou tudo, por isso que a doença chegou pro nosso lado, através da comida do branco. Desde lá de fora ela já vem contaminada. Nós, aqui dentro, quem planta, sua roça não é contaminada, não tem toda aquela coisa, o adubo que já tá preparado com o veneno para produzir mais rápido.” (Ancião José Ocimar Kuxiore Karajá, Hawa-Tymara, 2026)”





Pôr do sol no Araguaia, visto da aldeia Xambioá. Mydiwaru Karajá, 2026.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

Avanço das cercas e invasão dos limites

O limite oeste da Terra Indígena Xambioá é formado pelo rio Araguaia. Os demais limites são compostos por linhas secas, atualmente sem proteção adequada. Os antigos aceiros e picadas já desapareceram e fazendeiros vizinhos vêm avançando gradualmente suas cercas para dentro da TI. Em muitos pontos, os antigos marcos da demarcação encontram-se escondidos pelo mato, ou até destruídos. Também não existem placas de sinalização indicando que a área é uma Terra Indígena, nem nos acessos pela estrada, nem pelo rio. Ocorrem invasões de caçadores. Tudo isso traz pressões constantes sobre o território.

“ *O limite não está aberto, está fechado pelo mato, e o fazendeiro vai puxando a cerca cada vez mais para dentro da terra indígena. O marco de cimento já foi arrancado e colocado novamente mais para dentro da reserva. Não existe mais nada da antiga picada. Aqui ao redor é tudo fazenda. Se não cuidar, a invasão vai acontecendo devagar.”* (Cacique Paulo Kumare Karajá, aldeia Xambioá, 2026)



Invasões pelo rio

Uma das principais ameaças atuais à TI Xambioá ocorre pelo rio Araguaia, especialmente durante o período de praias e temporada de turismo, entre os meses de junho e julho. Nesse período aumenta muito a entrada de pessoas não indígenas no território, como pescadores e turistas de pesca esportiva, muitos sem autorização das comunidades. Lugares que tradicionalmente utilizamos para pesca vêm sendo ocupados por embarcações de pescadores de fora.

A ausência de placas de sinalização facilita essas invasões. Muitas pessoas que chegam pelo rio afirmam que não sabem que ali é território indígena. Essa situação gera insegurança para as comunidades, que muitas vezes evitam realizar abordagens diretas para impedir conflitos.



Marco ainda existente no limite norte da TI Xambioá, próximo à aldeia Manoel Achurê.



Quem vem de fora não sabe onde é território indígena. Às vezes vem um turista pelo Pará e ele não tem conhecimento que aqui é uma reserva indígena, que não pode caçar, não pode pescar. Fazem o turismo no nosso território e a gente não tá nem sabendo disso. Já teve casos de parentes fazerem a ceva, pra pacu e piau, a pessoa sai e quando volta tem gente de fora já pescando naquele local. Aí a gente fica sem jeito de pedir para as pessoas se retirarem, que a gente não sabe se tá armado. A gente tem que fazer um plano para ter sinalização e fiscalização dos órgãos competentes.” (Marcia Haritxawaki Karajá, aldeia Xambioá, 2026)



Os impactos já são percebidos. Os peixes e tartarugas, que são fundamentais na nossa alimentação e cultura, estão cada vez mais escassos.

“ *Antigamente a gente saía para pescar e não tinha muitas pessoas de fora dentro do nosso território. Hoje, no período da temporada, tem muita gente pescando aqui na frente das aldeias. Essa é uma das maiores ameaças que temos. A tartaruga e o peixe estão diminuindo muito. Igual o cacique Paulinho falou: esse é o nosso prato predileto: a tartaruga e o peixe. Sem esses daí, fica feio para nós.”* (Jonisvaldo Alves Ararue Karajá, Wary-Lytỹ, 2026)

Avanço do agronegócio e contaminação por agrotóxicos

O crescimento das fazendas de soja, milho e pastagem no entorno da TI Xambioá tem provocado muita preocupação, principalmente pelos impactos ambientais causados pelo desmatamento e pelo uso intensivo de agrotóxicos.

Os rios e córregos que atravessam áreas de plantação antes de adentrar a TI acabam trazendo resíduos de veneno para dentro, especialmente durante o período das chuvas. Além disso, a pulverização aérea realizada nas fazendas próximas faz com que parte dos agrotóxicos seja carregada pelo vento e atinja a TI, colocando em risco o meio ambiente e a saúde da nossa população.

Aqui por exemplo nós temos o rio Cabiruru. Ele passa por grandes fazendas com plantação de soja, logo acima aqui da aldeia. E aí esse veneno acaba na época da chuva caindo nesse rio e descendo pro Araguaia, prejudicando e botando nosso território em risco. São duas situações, o veneno e também o desmatamento. Então o local mesmo de preservação tá só na terra indígena. O pouco que tem tá na nossa reserva. Não tem corredor ecológico. Aqui na parte de baixo mesmo, acabou a terra indígena é só pasto. (Cacique Paulo Kumare Karajá, aldeia Xambioá, 2026)

“ *E a maioria agora eles não estão mais usando trator, tá usando já o avião. É não só na soja, estão usando pra roçar mato, jogando veneno de avião. Pra matar mato parece que uns 30, 40 alqueires só num avião. Então é isso que tá afetando ela vem pelo ar e cai dentro da água e mata os peixes mata os cari mata tudo.* (ancião Simão Kabitxana Karajá, aldeia Wary-Lytỹ, 2026)



“ Os principais afluentes que temos aqui nascem fora do território. Então ele é um é um transportador de agrotóxicos. Hoje a gente aqui do povo Karajá Xambioá existe um índice muito grande de câncer, diabetes, várias outras doenças, que podem ter relação com isso, doenças que não existiam aqui já estão existindo, que são consequências desses produtos químicos industrializados. ” (Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá, aldeia Manuel Achrê, 2026)

Criação de gado dentro da TI

A criação de gado foi introduzida entre os Xambioá por servidores do antigo SPI e posteriormente da FUNAI, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, como alternativa de subsistência para as comunidades após o processo de confinamento territorial e redução das áreas tradicionais de caça, pesca e coleta.

Atualmente, a atividade continua sendo exercida por alguns parentes, mas as comunidades reconheceram a necessidade de discutir seus impactos ambientais e como conciliar a criação animal com as roças e quintais, especialmente considerando o tamanho reduzido da TI. As discussões sobre o assunto deram origem a um acordo interno, que reproduzimos no eixo 4 deste PGTA.

Grandes empreendimentos que ameaçam a TI Xambioá

Acompanhamos com preocupação propostas de grandes empreendimentos que podem impactar diretamente o território, o rio Araguaia e nosso modo de vida.

Entre as principais ameaças estão os projetos relacionados à Hidrovia Araguaia-Tocantins e à Usina Hidrelétrica (UHE) de Santa Isabel. As comunidades temem que esses empreendimentos provoquem impactos sobre os peixes, as praias, os quelônios, a navegação tradicional e a qualidade da água do rio Araguaia, além de aumentar a pressão econômica e fundiária sobre o território.



Ameaças políticas aos direitos indígenas

Entendemos como importantes ameaças as propostas de alterações na legislação brasileira que possam enfraquecer os direitos dos povos indígenas, especialmente os direitos territoriais garantidos pela Constituição Federal de 1988.

Mudanças constitucionais e medidas administrativas que dificultem demarcações, flexibilizam o licenciamento ambiental ou reduzem a proteção territorial representam ameaças diretas ao futuro do povo Xambioá e à preservação do território.

O impacto das mudanças climáticas

As comunidades da TI Xambioá já percebem claramente os impactos das mudanças climáticas sobre o território, o rio Araguaia, os animais, as roças e o cotidiano das aldeias. Segundo os relatos dos anciãos, o clima da região tornou-se mais quente e abafado nos últimos anos, alterando ciclos naturais que antes eram mais previsíveis.

As mudanças são percebidas especialmente no aumento da temperatura média, na alteração do regime de chuvas e na dinâmica de cheia e seca do rio Araguaia. Os períodos de cheia estão mais irregulares e que córregos, nascentes e áreas úmidas permanecem com menos água do que antigamente.

As mudanças climáticas também vêm afetando diretamente as práticas agrícolas tradicionais. O calendário das roças precisou ser alterado, já que as chuvas passaram a ocorrer mais tarde e de forma menos previsível. Hoje precisamos esperar as primeiras chuvas para conseguir realizar a queima de maneira mais segura e evitar incêndios descontrolados.

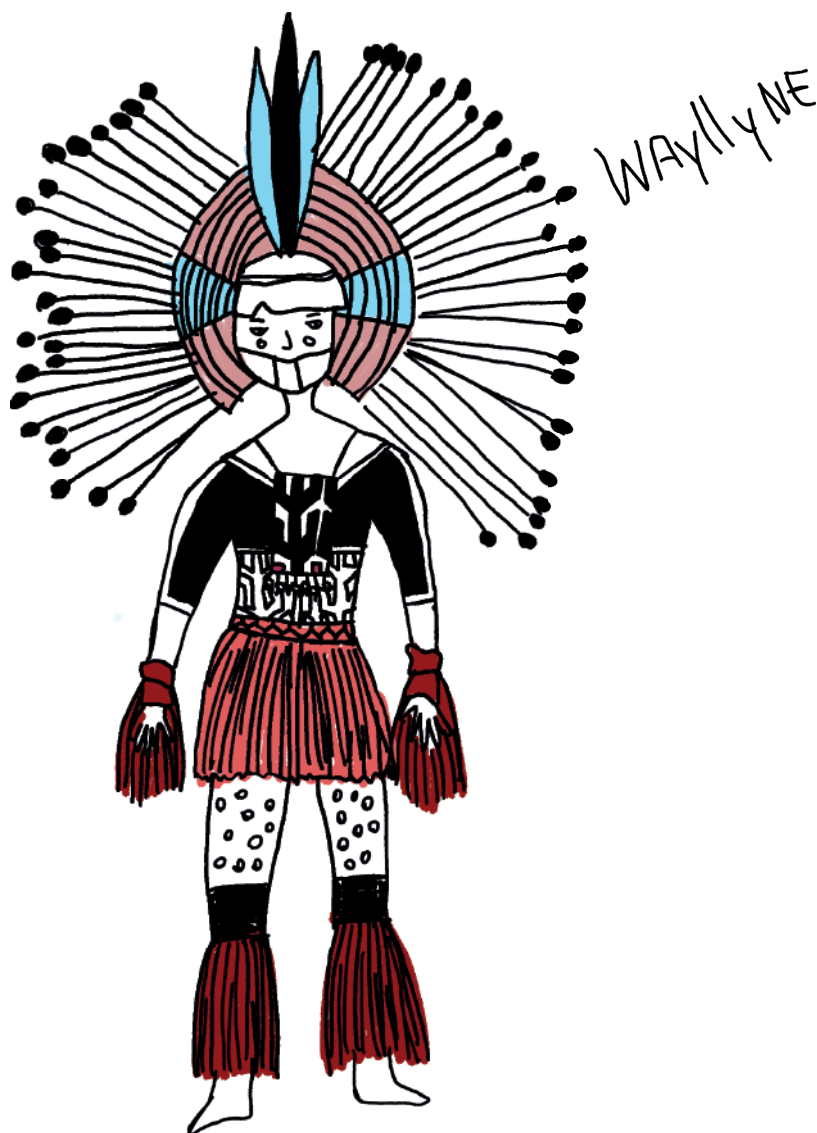
Percebemos impactos importantes sobre os animais e sobre o rio Araguaia. A água do rio está mais quente, e isso vem afetando especialmente a reprodução das tartarugas e outros quelônios. Muitos filhotes acabam morrendo ainda dentro dos ninhos devido ao aumento da temperatura da areia e do ambiente.

Diante dessas mudanças, as comunidades entendem que é necessário fortalecer ações e acordos de proteção ambiental, recuperação das matas, manejo integrado do fogo e monitoramento climático dentro do território, buscando proteger os recursos naturais fundamentais para o modo de vida do povo Xambioá.



“Hoje a gente já sente o aumento da temperatura e o abafamento do clima dentro do território. Antes isso não acontecia dessa forma. A cheia do rio também mudou. Nessa época do ano o Araguaia já deveria estar transbordando, mas agora a água demora mais a subir.” (Welder Wachure Dias Aires Karajá, Hawa-Tymara, 2026)

“Eu tenho notado na retirada da tartaruguinha do ninho. Muitos estão morrendo por causa da temperatura que está aumentando. Morrendo dentro do ninho, por causa da temperatura. A areia esquenta mais. Água do rio está mais quente” (Maiara Dijuki Karajá, Xambioá, 2026)



4. NOSSO PLANO

Eixo 1: Governança e Organização Social

.....

Objetivo:

Fortalecer a organização coletiva, a participação política das comunidades, das mulheres e nosso protagonismo e autonomia sobre as decisões que dizem respeito aos nossos direitos e nosso território.

Diretrizes:

Somos um povo unido, acostumado a decidir coletivamente sobre os assuntos importantes relacionados à Terra Indígena Xambioá. O processo de construção deste PGTA proporcionou que conversássemos mais profundamente sobre nossa organização social e política, consolidando nossa estrutura de governança e traçando nosso plano de ação para o futuro.

Nos assuntos que dizem respeito à TI Xambioá como um todo, a instância máxima de tomada de decisões é a Assembleia Geral da Terra Indígena Xambioá. Ela deve contar com a presença de todas as aldeias e garantir, além da participação dos caciques, a presença de mulheres, jovens, anciãos e representantes do povo Guarani. Os anciãos são figuras respeitadas, que devem sempre ser escutadas. Também devem participar das assembleias os profissionais indígenas da saúde, da educação e de outros órgãos públicos, por serem importantes nas articulações e nas tomadas de decisão do território. **Entre nós, as decisões coletivas são tomadas por consenso.**

Todas as associações locais atualmente em funcionamento devem ser fortalecidas, respeitando a autonomia de cada comunidade. Ao mesmo tempo, temos a intenção de construir uma organização geral que represente o conjunto das aldeias da TI Xambioá. Também queremos fortalecer ainda mais a participação política das mulheres do nosso território. Nosso plano é construir uma organização de mulheres que fortaleça a participação feminina e represente todas as comunidades da TI Xambioá.



“ Só de levantar a bandeira que ela é uma mulher a gente até se sente mais à vontade, quando vê uma outra mulher ali. Eu acho que fazendo essa associação seria algo mais completo, porque seria com CNPJ, com Assembleia. Mas isso não significa que seriam só mulheres na hora das decisões. O importante é que os cargos da diretoria sejam ocupados por mulheres. A gente às vezes sente até que está ficando para trás por ainda não ter uma organização de mulheres. Até no Tocantins não existe um grupo que represente as mulheres indígenas do nosso estado. Alguns povos indígenas já têm associação de mulheres; a gente ainda não tem, mas a gente pode sentar e se organizar como movimento.”
(Marcia Haritxawaki Karajá, aldeia Xambioá, 2026)

“ Em qualquer reunião já vemos mulheres levantando a bandeira e ocupando espaços importantes. As mulheres estão assumindo os espaços que são delas, e nesses espaços somos respeitadas. Eu gostaria que isso estivesse no Plano, porque vejo que as mulheres aqui estão se fortalecendo, e eu me vejo representada por elas. Somos muitas mulheres, em cinco aldeias, e precisamos dessa organização para fortalecer nossa união e desenvolver nossos projetos.”
(Maria do Socorro Cutiaru Dias Achurê Karajá, aldeia Wari Lytỹ, 2026)

Diante das ameaças políticas, as comunidades consideram fundamental fortalecer a articulação com as organizações indígenas regionais e nacionais, ampliar a participação política indígena e acompanhar permanentemente as discussões legislativas que possam afetar os direitos dos povos indígenas.

Incentivamos que nossos parentes possam disputar eleições para cargos públicos nos níveis municipal, estadual e federal. Esses representantes deverão contar com o apoio das comunidades e, uma vez eleitos, também apoiar as pautas e necessidades do nosso povo.

Defendemos nosso direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) sobre medidas administrativas, legislativas, projetos, obras ou empreendimentos que possam afetar direta ou indiretamente a Terra Indígena Xambioá, conforme garantido pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



Plano de ação:

Ações	Responsáveis / Parceiros
Realizar até três Assembleias Gerais anuais integradas às festas e atividades culturais do território.	Comunidades; caciques; associações e convidados
Garantir a participação de mulheres, jovens, anciãos e representantes Guarani nos processos de decisão do território.	Comunidades; Lideranças; Mulheres e juventude indígena;
Fortalecer as associações locais existentes na TI Xambioá.	Associações indígenas; parceiros do poder público e terceiro setor.
Criar uma organização de mulheres que fortaleça a participação feminina e represente todas as comunidades da TI Xambioá.	Comunidades; associações / FUNAI; ARPIT; COIAB; parceiros do poder público e terceiro setor.
Exigir CLPI para todas as medidas, projetos, obras ou empreendimentos que possam afetar direta ou indiretamente nosso território.	MPF; Comunidades; FUNAI; MPI; COIAB; ARPIT; APIB
Fortalecer a mobilização e participação política a nível local, estadual, regional e nacional	Comunidades; ARPIT; COIAB; APIB.



Eixo 2: Proteção Territorial

Objetivo:

Garantir a integridade da TI Xambioá, fortalecer a proteção territorial e a capacidade de vigilância e monitoramento.

Diretrizes:

É preciso fortalecer as ações de monitoramento e vigilância territorial para evitar invasões. Implantar sinalização adequada nos principais acessos fluviais e terrestres da TI Xambioá, além de articular a presença dos órgãos competentes, especialmente durante os períodos de maior pressão sobre o território.

As comunidades consideram prioritária a realização de expedições periódicas de avivamento e limpeza dos limites da TI Xambioá, incluindo a reabertura das antigas picadas e a recuperação dos marcos de demarcação. Essas ações devem ocorrer com apoio técnico dos órgãos competentes para evitar novos conflitos.

É importante construir ações de conscientização junto aos visitantes e comunidades do entorno, especialmente as comunidades do Garimpinho e Pontal, mais próxima da nossa terra.

Precisamos fortalecer a formação e atuação de Agentes Indígenas de Proteção Territorial e Ambiental. Estes agentes devem apoiar as ações de monitoramento e articulação com os órgãos públicos responsáveis e apoiar ações de fiscalização, vigilância e proteção territorial. A formação desses agentes deve valorizar tanto os conhecimentos tradicionais quanto as novas tecnologias e ferramentas de monitoramento territorial, como GPS e drones.

Reconhecemos que a expansão das atividades agropecuárias no entorno, com desmatamento e uso intensivo de agrotóxicos, gera impactos sobre nosso território, a saúde e o modo de vida do nosso povo. Precisamos de mecanismos de proteção, como a criação de zonas de amortecimento, que contribuam para reduzir os riscos e proteger a integridade da Terra Indígena Xambioá.

Entendemos que é necessário acompanhar e monitorar permanentemente propostas de grandes empreendimentos, obras de infraestrutura e atividades econômicas que possam afetar direta ou indiretamente nosso território, seus recursos naturais e nosso modo de vida. Para isso é fundamental fortalecer a capacidade das comunidades de acessar informações, realizar análises



técnicas, dialogar com instituições parceiras e acompanhar processos de licenciamento ambiental, buscando prevenir, mitigar e compensar impactos que possam comprometer a integridade territorial, ambiental e cultural da Terra Indígena Xambioá.

“É preciso a gente fazer um TAC ou um termo de cooperação ali com os fazendeiros do entorno, para uma zona de amortecimento do território. O território é pequeno. É preciso a redução do desmatamento e do uso de qualquer tipo de agrotóxico no entorno. (Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá, aldeia Manuel Achurê, 2026)

“Sobre esses pescadores o que pode ser feito? O plano que a gente já conversou é envolver os órgãos competentes, porque a orientação é que nós não podemos entrar em confronto. Um trabalho de conscientização pelo menos três meses antes do início da temporada, com jornalzinho informativo, uma orientação do que não pode, e ao mesmo tempo colocar a placa também, que é essencial para que eles respeitem. Isso a gente já pode deixar amarrado no PGTA (Cacique Paulo Kumare Karajá, aldeia Xambioá, 2026)

Ações	Responsáveis / Parceiros
Formar Agentes de Proteção Territorial e Ambientais Indígenas;	IBAMA; ICMBio; FUNAI; NATURATINS; Comunidades;
Realizar expedições periódicas de avivamento e limpeza dos limites da TI.	Comunidades; FUNAI;
Implantar placas de sinalização terrestre e fluvial nos limites e acessos da TI.	FUNAI; NATURATINS; Municípios; Comunidades
Desenvolver ações de vigilância territorial com uso de drones, GPS e monitoramento comunitário.	FUNAI; IBAMA; Universidades; COIAB; Comunidades
Articular ações de fiscalização contra invasões, pesca predatória, caça ilegal e retirada de recursos naturais.	IBAMA; ICMBio; NATURATINS; FUNAI; Polícia Federal; Comunidades
Construir estratégias institucionais e jurídicas para ampliação não conflituosa do território tradicional.	Comunidades; FUNAI; MPF; MPI; COIAB; APIB
Dialogar com órgãos públicos e proprietários vizinhos sobre a criação de zona de amortecimento no entorno da TI.	MPF; NATURATINS; FUNAI; Municípios; Comunidades



Eixo 3: Cultura, Língua e Educação

Objetivo:

Valorizar e fortalecer a cultura indígena, a língua materna, as práticas e conhecimentos tradicionais e a educação dos jovens.

Diretrizes:

Fortalecer a cultura Xambioá e Guarani é uma prioridade estratégica deste PGTA. Nossa língua, nossas práticas e conhecimentos tradicionais, nossos cantos, pinturas, rituais, histórias e artes são o que formam nossa identidade como povo. Valorizar a cultura é honrar nossa memória, nossa espiritualidade e nossa autonomia.

Existem muitos conhecimentos vivos entre nossos anciãos, artesãos, professores, lideranças e mulheres. Por isso, queremos fortalecer a circulação desses saberes dentro das aldeias, das escolas e dos espaços comunitários. E também em intercâmbios com nossos parentes Iny de outros territórios, especialmente para o fortalecimento da língua *Iny rybè* e dos conhecimentos tradicionais relacionados à arte ceramista e à boneca *ritxòkò*.

Também entendemos que a educação escolar indígena deve dialogar cada vez mais com nossa cultura, nossa história e nossa realidade territorial. Queremos fortalecer iniciativas de formação de jovens, produção de materiais didáticos próprios, registros audiovisuais, intercâmbios culturais e valorização da memória dos mais velhos.

Reconhecemos a importância da convivência entre os povos Xambioá e Guarani Mbya, respeitando as especificidades e tradições de cada povo que hoje compartilham o mesmo território.

“ *Temos que incentivar os nossos jovens a vestir a roupa da cultura e falar: ‘eu sou indígena. Eu quero aprender. Quando eu me casar tiver filho eu vou falar o Iny rybè e meu filho vai aprender’. Isso que tá faltando aqui. Todo mundo fala alguma coisa: ‘Bora, traz bèè [água] pra mim’, todo mundo fala algumas palavras no dia a dia, mas falta algo que realmente vai trazer impacto, vai haver uma mudança pra fortalecer realmente a nossa cultura.”* (Maria Do Socorro Cutiaru Dias Achure Karajá, Wary-Lytỹ, 2026)



“Somente na escola o professor não consegue fazer com que todas as crianças do povo Xambioá consigam falar a língua materna. Não tem como. A estratégia que a gente deve inserir no plano de gestão deve considerar dividir a responsabilidade entre escola e comunidade. As ideias que foram apontadas, na minha concepção, foram excelentes, tanto o intercâmbio pra Ilha do Bananal, participar do Hetohoky, mas também trazer pessoas de lá pra cá. Mobilizar um grupo de pessoas aqui e direcionar pra ilha, pra que fique lá um determinado tempo, e aí depois de aprender pegar todo esse conhecimento adquirido lá, trazer, procurar reproduzir aqui na comunidade.” (Welder Wachure Dias Aires Karajá, Hawa-Tymara, 2026)

“A gente tem que pensar não somente em trazer o curso profissionalizante. Tem que pensar no futuro depois do curso. Nós temos uns agentes ambientais aqui formados, capacitados: de que forma que eles vão agir, como que eles vão agir. Vamos pensar numa estratégia nesse sentido, de trazer esses cursos e de botar essa galera pra poder atuar dentro do território.” (Gleucione Majawari Karajá, aldeia Kurehê, 2026)

Ações	Responsáveis / Parceiros
Desenvolver um plano comunitário de fortalecimento e retomada da língua Iny Rubé.	Escolas indígenas; Comunidades; SEDUC-TO; Universidades
Realizar intercâmbios culturais com comunidades Karajá e Javaé da Ilha do Bananal.	Comunidades; Universidades; IPHAN; FUNAI; COIAB
Produzir materiais didáticos, livros e registros audiovisuais sobre a cultura e a língua indígena.	Escolas indígenas; SEDUC-TO; Universidades; Comunicadores indígenas
Fortalecer os barracões culturais e realizar oficinas de artesanato, cantos, danças e práticas tradicionais.	Comunidades; Escolas; FUNAI; Universidades
Apoiar a formação de comunicadores indígenas e jovens lideranças culturais.	Universidades; COIAB; MPI; Organizações parceiras
Desenvolver cursos e formações profissionalizantes voltadas para jovens indígenas.	IFTO; Universidades; MEC; SENAR; SENAI; Comunidades



Eixo 4: Produção, Alimentação e Geração de Renda

Objetivo:

Fortalecer a segurança alimentar, as atividades produtivas sustentáveis e a geração de renda nas comunidades.

Diretrizes:

Nossas roças, nossos alimentos tradicionais, o artesanato, a pesca, a produção de farinha, o manejo de frutos e sementes, fazem parte do nosso modo de vida.

Concordamos que as atividades de geração de renda devem ocorrer de forma compatível com a conservação ambiental do território e com a cultura dos povos Xambioá e Guaraní Mbya.

Queremos fortalecer alternativas sustentáveis que contribuam para nossa segurança alimentar, que valorizem nossos conhecimentos tradicionais e que contribuam para manter os jovens nas aldeias.

Estamos de acordo em desenvolver iniciativas de turismo de base comunitária, aproveitando a beleza e o potencial do rio Araguaia.

É preciso fortalecer a estrutura e o apoio às atividades produtivas nas aldeias, com aquisição de equipamentos, assistência técnica, e melhorias no beneficiamento, armazenamento e comercialização dos nossos produtos. Precisamos também ampliar o acesso adequado à políticas públicas e aos mercados institucionais e diferenciados relacionados à produção indígena.

“ *Aí uma outra renda agora que tá ativa é vender direto pras escolas do governo. Isso incentivou a gente, e tem muita gente fazendo roça agora. Plantando porque tem o lado financeiro. O dinheiro incentiva mesmo! Gente que nem ligava pra roça, e agora tá vendendo pra escola. É bom ainda que o próprio filho da gente consome esse nosso alimento. Tem muito colhendo já, e outros já com projeto de fazer roça. (Cacique Paulo Kumare Karajá, aldeia Xambioá, 2026)*

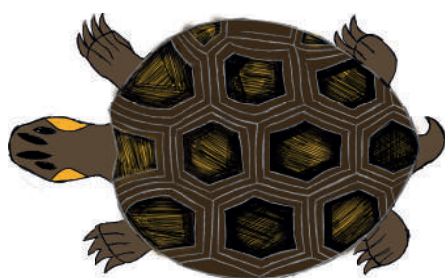
É importante construir formas de criação animal compatíveis com a proteção ambiental do território. Construímos, em maio de 2026, um acordo interno para que a criação de um parente não atrapalhe os plantios das roças e quintais de outras famílias.



As mulheres indígenas possuem papel central nas atividades produtivas, e fortalecer a autonomia econômica das mulheres é também fortalecer toda a comunidade.

“ O peixe vende aqui dentro e vende também fora. Se tivesse alguma coisa que pudesse melhorar, se tivesse alguma estrutura. O que a gente tem em mente, que foi um pedido dos anciãos, inclusive: “olha vocês que estudam, vocês que têm conhecimento, procurem um meio pra não deixar o peixe acabar”, ele falava bem assim, “hoje pra eu comer eu tenho que comprar ou eu tenho que ir longe buscar o peixe. Então vocês cacem um meio meio de criar peixe.”. Então isso ficou na minha mente. A gente conversou, conseguiu uma máquina pra fazer criatório, mas ainda não desenvolveu. O técnico já fez uma avaliação técnica que tem que ser um peixe que tenha ligação com o rio Araguaia, por exemplo, o Piauaçu, o Pirarucu e a Caranha. Tá na teoria, até agora não caiu na prática. Isso seria uma renda, melhoraria tanto a alimentação, quanto o financeiro.”. (Cacique Paulo Kumare Karajá, aldeia Xambioá, 2026)

“ Projeto de casa de farinha gera muita expectativa. Muita gente vai plantar mandioca se essa casa de farinha chegar. Porque quem é que não quer? Chegar com a produção, com a mandioca já no jeito de produzir a farinha... Porque a farinha é cara, tá R\$25 um prato. Quanto que não sai um saco? Então é lucro seguro. É um projeto que vai trazer muita fonte de renda pra todo mundo que se interessar em trabalhar. Que nem o ancião falou: deixar essa preguiça e colocar a mão na massa pra gerar lucro. Daqui podemos fornecer pros supermercados e pra nosso povo, uma farinha orgânica, produzida aqui dentro” (Selma Karajá Feitosa, aldeia Xambioá, 2026)

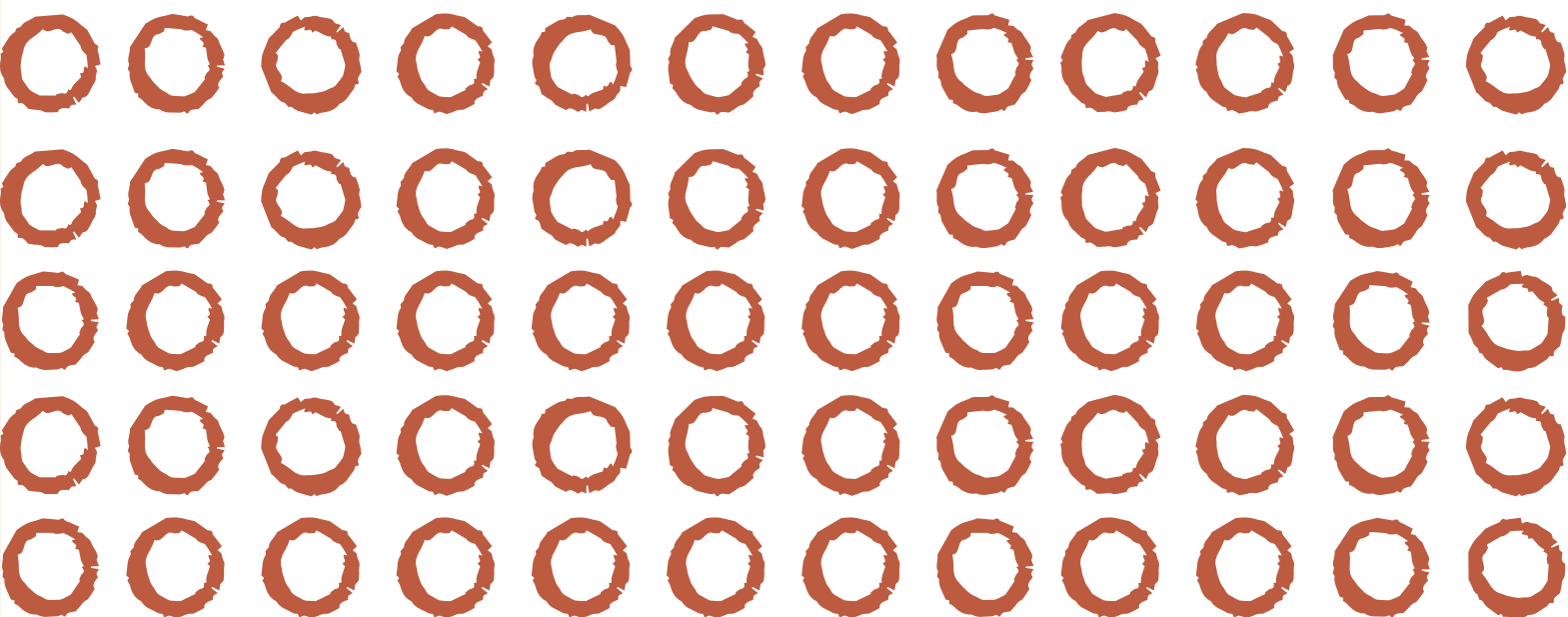


Acordo de Convivência para a Criação de Gado por indígenas na TI Xambioá

Em maio de 2026, lideranças, agricultores e criadores de gado indígenas das aldeias da Terra Indígena Xambioá, com apoio da Coordenação Regional Araguaia-Tocantins da Funai, construíram coletivamente um Acordo de Convivência para orientar a criação de gado por indígenas dentro do território. A iniciativa busca conciliar a pecuária e a agricultura familiar, prevenindo conflitos internos e fortalecendo a gestão compartilhada do território. Entre os principais compromissos assumidos estão:

- **Fortalecer o diálogo** entre agricultores e criadores de gado para prevenir e solucionar conflitos de forma pacífica;
- **Os criadores de gado são responsáveis pelo cercamento e pela manutenção das cercas** das áreas onde seus rebanhos são criados, prevenindo a fuga dos animais;
- **Em caso de fuga do gado**, o proprietário deve ser informado imediatamente para adotar as providências necessárias e, quando houver prejuízos às roças, buscar uma solução negociada e uma indenização compatível com os danos causados;
- **Criar um canal de comunicação** para informar rapidamente casos de fuga de animais e possíveis danos às roças;
- **Instituir uma Comissão do Acordo**, com representantes das aldeias, para mediar conflitos e acompanhar o cumprimento dos compromissos;
- **Promover a convivência harmoniosa** entre a criação de gado e a agricultura familiar, fortalecendo a organização comunitária e a gestão territorial da Terra Indígena Xambioá.

Ações	Responsáveis / Parceiros
Fortalecer as roças tradicionais e incentivar práticas agroecológicas sem uso de veneno.	Comunidades; RURALTINS; Universidades
Apoiar a produção e comercialização de artesanato.	Associações indígenas; SEBRAE; FUNAI
Implantar viveiros de mudas e fortalecer o plantio de espécies tradicionais e frutíferas.	NATURATINS; Universidades; Comunidades
Fortalecer a venda de alimentos indígenas para escolas e mercados institucionais (PAA/PNAE).	CONAB; Ruraltins, Prefeitura; Comunidades; Associações
Desenvolver Plano de Visitação para turismo de base comunitária, alinhados à cultura, à proteção territorial e a IN da Funai sobre o tema.	Comunidades; FUNAI; Ministério do Turismo
Desenvolver projeto de criatório de peixe e apoiar iniciativas comunitárias de pesca.	Comunidades; RURALTINS; CONAB
Construir e equipar casas de farinha, inclusive para fins comerciais	Comunidades, Ruraltins, FUNAI
Desenvolver projeto de processamento de frutas do território.	Comunidades, Ruraltins, FUNAI
Desenvolver hortas para remédios, verduras e temperos com finalidade doméstica / comunitária	Comunidades, Ruraltins



Eixo 5: Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas

Objetivo:

Promover a conservação ambiental da TI Xambioá e fortalecer estratégias de adaptação às mudanças climáticas.

Diretrizes:

O equilíbrio ambiental da Terra Indígena Xambioá está diretamente ligado à continuidade do nosso modo de vida, da nossa cultura e da nossa relação espiritual com o território. O rio Araguaia, as matas, os córregos, os animais, as praias e os locais tradicionais de uso coletivo fazem parte da nossa vida e precisam ser conservados para as atuais e futuras gerações.

O manejo tradicional do fogo para a abertura das nossas roças continua sendo uma prática importante. Mas as mudanças no clima e o aumento do período de seca exigem cada vez mais planejamento e ações coletivas de prevenção, com construção de aceiros, definição conjunta dos períodos de queima e maior organização comunitária para evitar incêndios descontrolados.

É preciso estar atento também ao fogo que vem de fora para dentro e constituir e fortalecer brigadas indígenas para controle do fogo.

É necessário fortalecer ações de reflorestamento e recuperação de nascentes.

Defendemos a necessidade de ampliar o conhecimento sobre os impactos ambientais provocados pelo desmatamento e uso de agrotóxicos nas fazendas do entorno da TI Xambioá. É importante fortalecer ações de monitoramento dos impactos ambientais causados pelo agronegócio e da qualidade da água dos rios e córregos.

Também consideramos fundamental fortalecer a proteção das praias e das áreas de reprodução das tartarugas e outros quelônios do rio Araguaia, buscando garantir a continuidade dessas espécies tão importantes para nossa cultura e o equilíbrio ambiental do território.

O aumento da circulação de produtos industrializados e embalagens dentro da TI Xambioá vem gerando novos desafios relacionados à gestão de resíduos sólidos nas aldeias, para evitar os impactos ambientais e os riscos à saúde das comunidades. Reconhecemos a necessidade de fortalecer ações de educação ambiental, coleta seletiva, destinação adequada dos resíduos e articulação com os órgãos públicos responsáveis.



“ A minha preocupação é fazer o reflorestamento. Essa falta de chuva, será que não é por causa das matas que não existem mais? Então, com todas essas mudanças, com a seca maior, tem mais queimada. E hoje aqui não tem mais o que queimar, porque o ano passado e o ano atrasado queimou tudo. Tem que fazer um projeto de reflorestamento. Reflorestar agora! Nós temos que trabalhar em cima disso.” (Ancião Simão Kabitxana Karajá, Aldeia Wary-Lytỹ, 2026)

Ações	Responsáveis / Parceiros
Monitorar impactos das mudanças climáticas sobre rios, nascentes, fauna e roças tradicionais.	Comunidades; Universidades; NATURATINS
Desenvolver ações de recuperação ambiental, recomposição florestal e proteção das nascentes e matas ciliares do território.	NATURATINS; IBAMA; Comunidades
Fortalecer o Programa Comunitário de Conservação e Manejo de Quelônios da TI Xambioá, ampliando o monitoramento das praias de desova, a proteção dos ninhos e as ações de educação ambiental.	Comunidades; IBAMA; ICMBio NATURATINS; FUNAI; COIAB; SEMARH-TO; Universidades; organizações parceiras
Promover ações de prevenção e manejo integrado do fogo; formação de brigadas e brigadistas indígenas.	IBAMA/Prevfogo; NATURATINS; COIAB; Brigadas indígenas
Realizar estudos e monitoramentos sobre impactos de agrotóxicos no território e na saúde indígena.	SESAI/DSEI; Universidades; MPF; FUNAI
Desenvolver ações de educação ambiental e conscientização sobre mudanças climáticas.	Escolas indígenas; Universidades; Comunidades
Apoiar projetos comunitários de proteção de quelônios e pesca sustentável.	ICMBio; IBAMA; NATURATINS; Comunidades
Desenvolver estratégias de relacionamento com comunidades e fazendas do entorno e criar uma zona de amortecimento livre de agrotóxicos;	Comunidades; MPF; ICMBio; IBAMA; NATURATINS;
Formação de Agentes Ambientais Indígenas	Comunidades; Universidades; NATURATINS





(Mapeamento da TI Xambioá por alunos do ensino médio. Mydiwaru Karajá, 2026.)

Este PGTA expressa os compromissos assumidos coletivamente pelas comunidades da Terra Indígena Xambioá e constitui um instrumento orientador para a proteção do território, o fortalecimento da cultura e a promoção do bem viver das presentes e futuras gerações.



REPARAÇÃO HISTÓRICA E NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO TERRITÓRIO

Reconhecemos que os limites da demarcação homologada em 1997 são resultado das violências, do confinamento e das graves violações de direitos sofridas pelo povo Xambioá ao longo do século XX.

Os estudos históricos, os relatos dos anciãos e os documentos oficiais demonstram que o território tradicionalmente ocupado pelo povo Xambioá era significativamente mais amplo do que a área atualmente homologada.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) documenta graves violações de direitos humanos sofridas pelo povo Xambioá no contexto da ditadura militar e da Guerrilha do Araguaia (1972–1974). Neste período o Estado militarizou a região, restringiu a mobilidade indígena e empurrou a comunidade para espaços cada vez menores. A política de confinamento e controle social contribuiu para o avanço das fazendas sobre áreas tradicionalmente ocupadas pelos Xambioá e para o apagamento da territorialidade tradicional do nosso povo.

As violações sofridas nesse período inserem-se no debate nacional sobre memória, verdade, reparação coletiva e proteção dos direitos territoriais indígenas.

Por essa razão, as comunidades entendem como legítimo o debate sobre medidas de reparação coletiva relacionadas às perdas territoriais e aos impactos históricos sofridos pelo povo Xambioá, em diálogo com as recomendações da CNV relacionadas às violações sofridas pelos povos indígenas durante a ditadura militar.

A discussão sobre a ampliação territorial aparece entre as comunidades como uma pauta justa, legítima e necessária, mas que deve ser conduzida de forma estratégica e sem conflitos diretos. Nossa luta atual pelos nossos direitos deve ocorrer por meio do diálogo, da organização política e dos instrumentos jurídicos garantidos pela Constituição Federal.

“Então, se de repente, de uma forma coletiva, nós começamos a pensar nessa ideia de retomar áreas que a gente sabe que no passado eram da população e que hoje é fazenda. A gente pensar em ampliar o território. Às vezes um comenta de uma forma



isolada, mas é necessário colocar nesse Plano essa ideia de fazer essa retomada, de ampliar a área da população que está crescendo.”

“Eles mapearam aqui na parte sul também, onde tem uma terra que eu nem sabia que era do fazendeiro. E ela não tem título, e é conhecido como Lote 11, que era terra indígena, então ficou de fora. Então eles já pontuaram. E levaram. Mas só que tá nesse sentido, tá quieto, porque na verdade nós temos medo de conflito com fazendeiros, então tá faltando essa parte estratégica mesmo, seguido essa reivindicação de ampliar o território ”

“A população está crescendo. A terra foi demarcada para 40 pessoas. As aldeias estão crescendo. Vê aí, as aldeias são uma perto da outra. É porque não tem mais terra. E se eles fizerem muita aldeia aí, onde é que vai ter terra pra poder fazer lavoura? Não vai ter, então a terra tá ficando pequena pra população. Então, eu acho que isso tem que entrar no Plano também.”

“Antes, a luta, nosso povo, ia com a flecha, com a borduna e hoje a gente vai com documento. A gente tem que pensar de uma forma bem madura para fazer as coisas certas. Mas não, não vamos desistir porque a população está aumentando. Eu fico olhando para a nossa reserva. Ela é mínima, são três mil hectares só. Então é algo para se pensar de uma forma bem madura e de uma forma técnica, evitando o conflito.”

“Por isso que a gente tem que colocar isso no plano. Não é um confronto direto, mas é uma atenção que a gente precisa levantar porque a reserva ficou pequena. Até porque agora a gente reconheceu o povo Guarani também, então o Guarani também precisa de um território maior junto com a gente pra crescer, já que aqui ficaram duas etnias e a gente reconhece isso que são duas etnias: Xambioá e Guarani. A população deles tem que crescer, e o território também”

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: Textos Temáticos. Volume II – Violações de direitos humanos dos povos indígenas. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Brasília: MMA, 2012.

ENTRATICE, Henrique Gonçalves. *Sobreviver em confinamento museológico: Ritxòkòs Ix̣ybiòwa, deiscência dos arquivos e retomadas na Terra Indígena Xambioá*. Tese (Doutorado em Antropologia) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, 2025. No prelo.

GOMES KARAJÁ, Adriano Dias. Aspectos territoriais e culturais do povo Karajá-Xambioá. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, São Luís: AGB, 2016.

GOMES KARAJÁ, Adriano Dias; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA, Severina Alves de. A situação sociolinguística dos indígenas Karajá-Xambioá: contribuições para a educação escolar. Revista Facit, Dossiê Temático Educação Indígena, v. 1, n. 32, p. 4–81, 2021.

LIMA, Eugislane Moreira. Gestão territorial e ambiental de terras indígenas: implantação da PNGATI e do Projeto GATI na TI Xambioá. 2016. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL (IEB). A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas. Brasília: IEB, p. 40–57, 2016.

COMITÊ KARAJÁ-XAMBIOÁ. Documentação de Saberes Indígenas. Volume II. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, p. 127–233, 2016.

SILVA, Edvan Guarani. Hábitos alimentares tradicionais do povo Guarani. In: Documentação de Saberes Indígenas. Volume IV. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.

SILVA, Edvan Guarani; KARAJÁ, Viviane Txebuare. Documentação de Saberes Indígenas. Volume IV. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2016.



FICHA TÉCNICA

Participantes das oficinas, entrevistas e atividades de construção do PGTA

Adão Ytxeó Karajá (Wary-Lytỹ)
Ariane Oyko Karajá (Xambioá)
Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá (Manuel Achurê)
Carlos Alberto Filho Yxahana Karajá (Xambioá)
Daniel H. Carvalho Karajá (Xambioá)
Edvan Guarani Silva (Xambioá)
Eidelane Tanararu Moreira Karajá (Kurehê)
Gilvan Kundionan Karajá (Wary-Lytỹ)
Gleucione Majawari Karajá (Kurehê)
Jonisvaldo Alves Ararue Karajá (Wary-Lytỹ)
José Ocimar Kuxiore Karajá (Hawa-Tamara)
Luciana M. Karajá (Wari-Lytỹ)
Luiz Gustavo H. Karajá (Wari-Lytỹ)
Luiz Pereira Kurikala Karajá (Wary-Lytỹ)
Maiara Dyuke Karajá (Xambioá)
Marcia da Silva Haritxawaki Karajá (Xambioá)
Maria do Socorro Cutiaru Dias Achure Karajá (Wary-Lytỹ)
Mariane Tavares Karajá (Hawa-Tamara)
Nathalia Kwaxiru Karajá (Xambioá)
Patricia Imahiki Karajá (Wari-Lytỹ)
Paulo Kumare Karajá (Xambioá)
Pedro Filho de Jesus (Hawa-Tymara)
Renata Karajá (Xambioá)
Rita Karajá (Hawa-Tamara)
Robson Karajá (Wari-Lytỹ)
Rosiane Txibuare Karajá (Hawa-Tamara)
Rosimeire Moreira Karajá (Hawa-Tamara)
Selma Karajá Feitosa (Xambioá)
Silvana C. A. Karajá (Xambioá)
Simão Kabitxana Karajá (Wary-Lytỹ)
Thalia Karajá (Hawa-Tamara)
Viviane Txebuare Karajá (Hawa-Tymara)
Welder Wachure Dias Aires Karajá (Hawa-Tymara)



Diretoria da COIAB (2022-2026)

Coordenador-Geral: Elcio Severino da Silva Manchineri

Vice-Coordenador Geral: Alcebias Mota Constantino

Coordenadora Tesoureira: Dineva Maria Kayabi

Coordenadora Secretária: Marciely Ayap Tupari

Equipe técnica:

Antônio Marcos Karajá (presidente da ARPIT)

Marcia da Silva Haritxawaki Karajá (Articulação local)

Milena Simanaki Achure Karaja (Assessoria indígena)

Mydiwaru Karajá (Comunicação / Coiab)

Clara Vignoli (Gerente de Projetos / Coiab)

Juliana Holanda (Técnica de Monitoramento / Coiab)

Neide Magalhães (Técnica de Projetos / Coiab)

Débora Baré (Técnica de Projetos / Coiab)

Antônio Piratapuya (Gerente de Comunicação / Coiab)

Amanda Ávila (Técnica de Monitoramento / Coiab)

Fernando Niemeyer (Consultor / Coiab)

Apoio:



APIB · COICA · PODAALI · UMIAB
APIAM · APOIANP · ARPIT
CIR · COAPIMA · FEPIPA
FEPOINT · M. ACRE · OPIROMA



ARTICULAÇÃO DOS POVOS
INDÍGENAS DO TOCANTINS



Imagens históricas (p. 12) e fotografia de capa: reproduzidas a partir da tese de Henrique Entratice (2025, no prelo). As imagens originais pertencem ao acervo do *Ethnologisches Museum, Staatliche Museen zu Berlin* (Museu de Etnologia de Berlim).

Projeto gráfico, diagramação e arte da capa: Rafael Melgueiro (Designer / Coiab)

Mapas: Amanda Ávila (Técnica de Monitoramento / Coiab)

Organização e edição da publicação: Fernando Niemeyer (Consultor / Coiab)





PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL – PGTA

TERRA INDÍGENA XAMBIOÁ

**POVO KARAJÁ-XAMBIOÁ
POVO GUARANI MBYA**

